

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE



POLÍTICAS DE ATENDIMENTO

AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

1. Políticas de Educação Inclusiva

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP), a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos ambientes de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A Faculdade de Ciências da Saúde IGESP - FASIG, preocupada em proporcionar condições de ensino aos alunos Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou que apresentem mobilidade reduzida, está atento ao cumprimento das exigências legais de condições de acessibilidade, conforme nos Artigos 205, 206 e 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N.º 10.098/2000, na Lei Nº 13.146/2015, nos Decretos N.º 5.296/2004, N.º 6.949/2009, N.º 7.611/2011 e na Portaria N.º 3.284/2003. Procura atender aos alunos Portadores de Necessidades Especiais conforme a demanda, disponibilizando recursos humanos e materiais que forneçam o apoio didático pedagógico necessário para o acompanhamento das atividades acadêmicas exigidas na formação profissional.

Partindo desse princípio, a Instituição procura identificar as demandas de inclusão de candidatos e alunos com deficiência (surdez, cegueira/baixa visão, deficiência física, déficit intelectual, transtornos psicológicos, autistas e transtorno do espectro autista), oferecendo as condições necessárias para que realizem a prova de vestibular e que estudem na IES com todas as suas necessidades atendidas.

A acessibilidade pedagógica prevê condições diferenciadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem autor referida e/ou observada pelos docentes, com seguimento orientado pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico -NAPP. Há suporte para receber matrículas de alunos com limitações distintas (Transtornos do Espectro Autista, Déficit de Atenção com Hiperatividade, Sensoriais e Neuropsicomotoras) e oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tendo em vista a comunicação plena e inclusiva.

O Apoio Discente implantado na Faculdade de Ciências da Saúde IGESP – FASIG, contempla os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de acessibilidade e extracurriculares e de participação em projetos de extensão.

Portanto, o desenvolvimento de projetos voltados à superação das dificuldades que se colocam à aprendizagem é condição indispensável para que as diferenças não venham a se converter em desigualdades e exclusão.

2. Acessibilidade arquitetônica

Tanto na legislação nacional (Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/14), quanto na legislação municipal, existem metas explícitas para a melhoria das condições de acessibilidade aos deficientes físicos nas Instituições de Ensino.

Para além do que propõe a legislação, por ter a diversidade humana como um valor, a IES assume o compromisso com a inclusão social dos estudantes, efetuando mudanças fundamentais, não

apenas na adequação do espaço físico, mas, sobretudo, no desenvolvimento de atitudes da nossa comunidade, por entender que são as ações concretas e formativas que efetivamente contribuem para a construção de um novo tipo de sociedade.

Nesse sentido, medidas substanciais de alteração na infraestrutura da IES foram realizadas, com a implantação de equipamentos para melhor atender às pessoas com necessidades educacionais especiais. Diversas obras e adaptações foram realizadas nas instalações, com vistas a permitir a locomoção e proporcionar conforto às pessoas deficientes, como a construção de rampas de acesso, banheiros com instalação de barras de apoio, pias e espelhos adequadamente posicionados, elevadores com cabines amplas e com botões de acionamento em altura acessível e com escritas em braile.

3. Acessibilidade curricular e atitudinal

Na perspectiva de termos a diversidade humana como um valor, é preciso considerar e defender o direito das pessoas com deficiência ao acesso à educação, o que significa engajar estudantes, professores e funcionários da IES no propósito de garantia desse direito. Assim, os participantes do processo educativo devem valorizar as diferenças como fator de enriquecimento pessoal, acadêmico e profissional, removendo as barreiras para a aprendizagem e promovendo a participação de todos e de cada um, com igualdade de oportunidades. O princípio fundamental da inclusão e do acesso curricular é que os alunos devem aprender juntos, apesar das dificuldades ou das diferenças que possam apresentar.

Partindo desse princípio, procuramos identificar as demandas de inclusão de candidatos e alunos com deficiência (surdez, cegueira/baixa visão, deficiência física, déficit intelectual, transtornos psicológicos, autistas e transtorno do espectro autista), oferecendo as condições necessárias para que realizem a prova de vestibular e que estudem na IES com todas as suas necessidades atendidas.

Esses discentes são encaminhados ao NAPP, onde recebem o primeiro acolhimento, ao serem diagnosticados portadores de alguma dessas demandas de inclusão, os setores responsáveis são comunicados para que medidas sejam tomadas a fim de solucionar o problema do discente de forma individualizada.

4. Acessibilidade nas comunicações e digital

Em relação à acessibilidade nas comunicações e digital, o uso das TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação), por parte dos estudantes, docentes e demais funcionários com necessidades educacionais especiais, favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. O Núcleo de Apoio ao Professor (NAP) fornecerá as orientações necessárias sobre os serviços oferecidos às pessoas com deficiência, buscando incluir tais discentes, professores e pessoal administrativo da melhor forma possível em suas atividades acadêmicas. Uma vez matriculados, várias ações são implementadas no sentido de garantir a qualidade de aprendizagem e de convívio dos alunos no âmbito acadêmico.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- identificação e acomodação aos diferentes estilos, formas, interesses e ritmos de aprendizagem;
- flexibilização ou adaptação do conteúdo, do tempo e da sequenciação de assuntos, bem como da abordagem didático-metodológica;
- adaptação dos procedimentos de avaliação, pautando-se não apenas pelas limitações funcionais que o aluno apresenta, mas, principalmente, pela sondagem das suas potencialidades intelectuais e socioafetivas.

5. Educação em Direitos Humanos

Em todos os cursos oferecidos pela Faculdade de Ciências da Saúde IGESP - FASIG consideram-se a inclusão do tema Direitos Humanos nas Estruturas Curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente conforme disposto no Parecer CNE/CP N.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N.º 1, de 30/05/2012. A Educação em Direitos Humanos refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação desses direitos na vida cotidiana, como forma de investir em atitudes cidadãs, de reconhecer a todos e cada um como sujeitos de direitos, com responsabilidades individuais e coletivas.

A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, é considerada, sobremaneira, nas construções dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Faculdade; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; do modelo de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação. Fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I. Dignidade humana;
- II. Igualdade de direitos;
- III. Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. Laicidade do Estado;
- V. Democracia na Educação;
- VI. Transversalidade, vivência e globalidade;
- VII. Sustentabilidade socioambiental.

Orientados, assim, por esses princípios, as competências relacionadas à Educação em Direitos Humanos materializam-se nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos da Faculdade de maneira objetiva na organização das Matrizes Curriculares, de forma transversal, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente ou como tema específico de disciplinas ofertadas nos módulos.

Em inúmeras disciplinas ofertadas, será proporcionado ao aluno espaços de reflexão e construção de conhecimento, nos princípios da educação em direitos humanos, desenvolvendo fundamentos voltados para o respeito e a solidariedade com o outro e, consequentemente, de justiça social. Dentre este contexto, o preconizar que todos devem ser tratados como iguais, o debate sobre os direitos humanos agrega as temáticas de gênero e sexualidade, e outros.

6. Educação em relações étnico-raciais

A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena constituem-se em orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, contribuindo para que os nossos alunos se tornem cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica como a do Brasil, entendendo essa atuação e consciência como pressuposto inalienável na construção de uma nação verdadeiramente democrática.

As relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira são trabalhados transversalmente ao longo do curso nas disciplinas básicas e profissionalizantes. A consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e às discriminações são priorizadas nas diversas disciplinas presentes na matriz do curso.

A Educação das Relações Étnico-Raciais, a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena constituem-se em orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, contribuindo para que os nossos alunos se tornem cidadãos atuantes e conscientes em uma sociedade multicultural e pluriétnica como a do Brasil. Entendemos essa atuação e consciência como pressuposto inalienável na construção de uma nação verdadeiramente democrática. Essa temática é desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, estabelecidos pelas diretrizes curriculares institucionais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), cabendo aos cursos de Graduação, no contexto de implementação dessas diretrizes, garantir sua consecução, com o apoio das Coordenações de Curso, dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e da entidade mantenedora.

Discutir as relações étnico-raciais que construíram esse país é uma obrigação de todos os cidadãos, não importando sua origem ou etnia. São esforços que não apenas integram a luta contra o racismo, como também a consolidação da democracia, da promoção da cidadania e o reforço à igualdade social e racial. Considerando a escola um local privilegiado para a transmissão de conhecimentos que vieram das gerações anteriores, ela também se torna um dos focos da luta contra as desigualdades sociais e o preconceito. É preciso promover, aos poucos, uma alternativa à forma como a própria sociedade se enxerga. Valorizar a cultura afro-brasileira como um componente nacional, estudar a história mundial com um olhar menos eurocêntrico, compreender as lutas do movimento negro pela igualdade social e racial no país, bem como pela superação do racismo, são etapas de uma transformação necessária.

Nesse contexto, é desenhada a capacitação dos professores, intermediadores e responsáveis na ajuda e formação de cidadãos. Os conteúdos adequados a realidade em que a escola está inserida primam pela união de raças e o conhecimento da História do Brasil, a sua formação cultural.

7. Língua Brasileira de Sinais - Libras

Na Faculdade de Ciências da Saúde IGESP - FASIG, em conformidade com o Decreto 5.626/2004, Língua Brasileira de Sinais (Libras) é ofertada como Disciplina Optativa, em todos cursos oferecidos pelas IES. Consta nos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos, conforme a disponibilidade de oferta, resguardadas todas as especificidades e requisitos exigidos pela legislação vigente.

O reconhecimento e compreensão da diversidade de formas de comunicação configura-se como competência necessária para os profissionais de saúde. A necessidade do usuário dos serviços em entender e de se fazer entendido, faz da comunicação eficiente um imperativo categórico à formação desses profissionais. Trata-se de obrigação ética e não de diferencial competitivo.

Para os Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde IGESP-FASIG, a disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é ofertada em caráter optativo, apresentada no Projeto Pedagógico de Curso na modalidade Online, com carga horária de 80 horas. O objetivo é compreender o uso da Língua Brasileira de Sinais como ferramenta efetiva no manejo da comunicação plena e favorável para o processo do cuidar dos usuários dos serviços de saúde com necessidades especiais de audição/surdez. Oportunidade para manejos de exemplos práticos que possibilita comunicação inicial efetiva com pessoas na condição de surdez.

8. Educação para a sustentabilidade

Políticas de Educação Ambiental estão contempladas na Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, sendo componente essencial e permanente da Educação

Nacional. Deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade se apropriam de conceitos, constroem valores sociais e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

Do ponto de vista da matriz curricular, participar do debate sobre sustentabilidade significa, para o aluno, investigar e entender a natureza, as causas, os objetivos, as limitações e a relevância que esta assume nos contextos econômico, político, social, cultural, filosófico, científico, tecnológico e ambiental da atualidade, bem como as implicações desses contextos no futuro.

A sustentabilidade, compreendida como tema transversal, imperativo para o entendimento e a abordagem de temas diversos (condição humana, economia global, relações de trabalho, concentração de riquezas, globalização da pobreza, violência, exclusão social, consumismo, produção de novas tecnologias, conduta ética, relações étnico-raciais, culturas indígenas, africana, afro-brasileira, questões ambientais), encontra na Educação força motriz essencial.

A reconhecida importância da Educação em geral, e do ensino superior em particular, para o desenvolvimento sociocultural e econômico pode ser atribuída, sobretudo, à sua natureza formativa, traduzida na capacidade de transformar e fortalecer os indivíduos, de provocar mudanças na sociedade, e de responder às suas necessidades, principalmente aquelas relacionadas à circulação, produção, aplicação e distribuição social de conhecimentos e tecnologias. As Instituições de Ensino Superior devem, porém, segundo critérios estabelecidos pela UNESCO (1998), cuidar para que o desenvolvimento por elas promovido seja sustentável.

Para a Faculdade de Ciências da Saúde IGESP - FASIG, a sustentabilidade é entendida como ação interdisciplinar e, como tal, requer atitudes interdisciplinares correspondentes da comunidade acadêmica na pesquisa (teórica e aplicada), ensino e extensão, privilegiando diálogos e parcerias nos diferentes espaços de aprendizagem. Imprescindível da integração entre as diferentes áreas do conhecimento humano, da articulação entre teoria e prática, do desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação consciente em contextos cotidianos e de trabalho, além das habilidades que promovam o raciocínio lógico-matemático e que permitam a familiarização do aluno com os processos de construção do conhecimento científico.

A Educação para a Sustentabilidade promovida pela IES é, pois, uma educação inclusiva, com foco no trabalho coletivo, na aprendizagem significativa e na formação e capacitação permanente dos professores. Nesse contexto, defende-se a sustentabilidade como ação interdisciplinar que orienta os eixos de formação do aluno e contribui para a seu desenvolvimento integral como pessoa cooperativa e solidária, apta a responder com ética e responsabilidade às necessidades do mundo corporativo, da sociedade e do ambiente, e a colaborar para que todas as formas de vida e desenvolvimento sejam sustentáveis.

O desenvolvimento das competências inerentes à Educação Ambiental, nos Currículos dos Cursos, poderá ocorrer das seguintes formas:

- **I.** Pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- II. Como módulos específicos.

Os eixos de formação dos Cursos são pensados de modo a permitir que a sustentabilidade seja abordada como tema transversal e, assim, sob diferentes perspectivas, permear os processos de formação dos alunos, cidadãos e futuros profissionais, de forma a promover maior compreensão do mundo contemporâneo e a prepará-los para os desafios da atualidade e do porvir.

A formação pretendida para os alunos deve ser holística o suficiente para levá-los a refletir sobre o mundo; a entender as relações de produção, as relações de trabalho, as relações sociais e as hierarquias de poder nele estabelecidas; e a agir conscientemente de forma a contribuir para o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve promover o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades necessárias à atuação profissional. A sustentabilidade deve, também, estabelecer parâmetros para a produção e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias, com o intuito de colaborar com o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

9. Considerações finais

Por fim, nota-se que a Faculdade de Ciências da Saúde IGESP – FASIG cumpre de forma excelente com as legislações e condições vigentes a respeito dos requisitos legais e normativos relativos a todos os critérios de inclusão, descritos em sua política de portadores de necessidades especiais, bem como, satisfaz as condições previstas a respeito das questões de inclusão étnico-raciais e atitudinais, respeito a diversidade e meio ambiente



11 **3444-4000** Rua da Consolação, 1025 - São Paulo/SP